



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639292 - CE (2021/0006511-9)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : JADER ALDRIN EVANGELISTA MARQUES
ADVOGADO : JADER ALDRIN EVANGELISTA MARQUES - CE035685
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : JO YCARO ALVES SOUSA PONTES (PRESO)
CORRÉU : BRUNO LOPES NUNES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JO YCARO ALVES SOUSA PONTES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (Processo n. 06358632820208060000).

O paciente se encontra preso pela prática de crime previsto nos art. 16, *caput* da Lei n. 10.826/2003, em virtude de que, no dia 27 de dezembro de 2019, foi abordado, juntamente com um corréu, por policiais militares no momento em que tinham consigo uma submetralhadora artesanal, calibre 40, de uso restrito, consoante Decreto n. 9.847/2019, sem que apresentassem registro ou autorização para possuí-la e/ou portá-la.

O impetrante sustenta que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em razão do excesso de prazo na formação da culpa, considerando que está recolhido desde o dia 27 de dezembro de 2019, contabilizando 1 ano, 2 semanas, 2 dias sem que a formação da culpa tenha se formado.

Alega que, pelo tempo de prisão, o acusado pode continuar a responder ao processo em liberdade, além da possibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão. Aduz que o caso é de cumprimento antecipado da pena, que sequer foi imposta, estando presentes o *periculum in mora*, *fumus boni jûris* e “*presunção de inocência*”, aptos a ensejar a concessão da liminar.

Requer, liminarmente, a concessão da medida de urgência para que seja concedido liberdade ao paciente, para substituir sua prisão por medidas cautelares diversas da prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente